



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte um, às quatorze horas e seis minutos, se iniciou, sob a Presidência do Vereador Gelmires da Costa Gomes Filho, a Audiência Pública da Comissão de Educação, Esporte e Lazer da Câmara Municipal de Armação dos Búzios, com o tema Educação na Pandemia. Estavam presentes os vereadores: Raphael Braga e Josué Pereira. Registraram presença também as seguintes autoridades e cidadãos: Rejane Francesconi – Secretária Executiva do Conselho Municipal de Educação (assumiu posição na mesa); Marcos Santos da Silva – SERVBÚZIOS (assumiu posição na mesa); Olívia Garcia – Conselho de Alimentação Escolar (assumiu posição na mesa); Danilo Bernardo – Secretaria de Saúde (assumiu posição na mesa); Patrícia Paixão – Secretaria de Saúde (assumiu posição na mesa); Carla Natália – Secretária de Educação (assumiu posição na mesa); Bianca Rocha – Grupo Por Nossos Filhos (assumiu posição na mesa); Augusto Rocha – SEPELAGOS (assumiu posição na mesa); Prof. Viviane Souza – Vice Presidente do Conselho Escolar Botas; Janna Ungarett – Grupo Por Nossos Filhos; Martha Pessoa – SEPELAGOS; Monica Casarin Elsen – AMOCA; Vitória Gilsene Pereira – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais; Claudeir Júnior - Coordenador do Conselho Tutelar. O sr. Presidente explanou a todos os presentes quais seriam os ritos observados na audiência pública. Agradeceu a presença de todos. Teceu explicações sobre as consequências da COVID-19 sobre a educação pública na cidade. Explicou que em todo o mundo, devido à letalidade do vírus as escolas foram fechadas. No Brasil, milhões de estudantes da rede pública não tiveram acesso à educação em todo o ano de 2020. Após um ano o vírus continua matando milhares de pessoas por dia e as crianças precisam recuperar o tempo perdido. O objetivo nesta audiência é justamente debater soluções para a questão. O sr. Presidente passou a palavra à Representante do Grupo Por nossos filhos. A sra. Bianca se apresentou. Disse que o grupo é composto por mais de 200 pais que vêm lutando pela educação durante esta pandemia. Se disse muito preocupada e aflita com muitas questões. O sr. Presidente passou a palavra ao representante da ServBúzios. O sr. Marcos se apresentou. O sr. Presidente passou a palavra ao representante do Conselho Municipal de Educação. A sra. Rejane se apresentou. Justificou a ausência da presidente que está em uma consulta médica que havia sido agendada previamente. O sr. Presidente passou a palavra à representante do Conselho Municipal de Alimentação Escolar. A sra. Olívia se apresentou. O sr. Presidente passou a palavra à Secretária Municipal de Educação. A sra. Carla Natália se apresentou. O sr. Presidente passou a palavra à representante da coordenação da atenção primária do município. A sra. Patrícia se apresentou. O sr. Danilo Bernardo se apresentou como responsável da Vigilância e Saúde do município. O sr. Presidente passou a palavra ao vereador Raphael Braga. O vereador cumprimentou a todos. Parabenizou o presidente pela atitude e a todos pelo engajamento. O sr. Presidente passou a palavra para a Secretária de Educação para explicar a situação. A sra. Carla cumprimentou a todos. Falou sobre um pequeno vídeo em que são mostradas fotos indicando a forma como as unidades escolares foram recebidas por esta administração. Foi apresentado o vídeo. Após a apresentação do vídeo, o sr. Presidente convidou o representante do SEPE Lagos para compor a mesa. O sr. Presidente passou a palavra à secretária de educação. A sra. Carla disse que resolveu fazer este vídeo



para mostrar a todos como está cada unidade escolar do município. Disse que é uma professora da rede e concursada há 27 anos. Disse que o que foi mostrado não se compara com o que se pode ver presencialmente. Falou que está diante de um completo descaso com a educação. Um desmando de aproximadamente 12 anos. Falou que hoje completa 52 dias de gestão, porém foram apenas 32 dias úteis. Neste período foi decidido fazer um diagnóstico da rede para vislumbrar a questão como um todo. A intenção é buscar de volta a credibilidade com os professores. De imediato lutou muito pelo valecard das crianças. Mas todos os detalhes dos processos feitos na gestão anterior tiveram de ser analisados. Falou que zela bastante pelo seu nome e analisou os processos em casa. Falou que é possível identificar vários vícios. Comentou que realizou uma reunião com os pais e o SEPE Lagos para ouvi-los e saber quais eram as expectativas. Logo após houve outra reunião com os pais. Disse que o relacionamento foi modificado, principalmente no tocante ao atendimento. Para ter credibilidade é necessário mostrar a que veio. Falou que era necessário decidir por onde começar. Precisava, de alguma forma completar o ano letivo de 2020 que não havia sido terminado. Além da continuidade do planejamento, estão providenciando ajuda aos alunos para fazer os blocos de atividades. Disse que está em fase de término em oferecer plataforma de ajuda aos alunos em suas atividades. Comentou que começou a abrir novas licitações e também teve que encerrar alguns contratos – inclusive com a firma de manutenção. Falou que algumas empresas estavam há 7 meses sem receber e que agora a secretaria está pagando. Disse que este momento é atípico e neste período está separado o que é essencial. O processo do valecard foi refeito para amparar as crianças. Está preparando um guia para um possível retorno no segundo semestre. Já foi aberto um processo para aquisição de um programa para aulas remotas. Não foi feita nenhuma programação orçamentária neste momento de pandemia para os alunos. Disse que fará tudo que é possível dentro da legalidade. Hoje um aluno que recebe um valecard de 200 reais gera um custo 3 vezes maior do que o custo normal da alimentação escolar. Falou que está analisando todos os processos referentes à merenda desde 2017. Falou que sua equipe é formada majoritariamente por concursados. Comentou que está na rede há 27 anos e aceitou o desafio para unir forças neste momento de pandemia. Falou que pegou um cenário desfavorável e acredita que esta audiência possa dar novas diretrizes para a união das forças. O sr. Presidente passou ao sr. Danilo Bernardo. Foram apresentados slides com um panorama geral sobre a saúde no município. Citou que o 1º caso de COVID no município ocorreu em 13 de abril. Mostrou o quantitativo de casos em relação aos meses. Comentou que a grande maioria dos casos na cidade ocorre no sexo feminino. A faixa etária predominante é de 31 a 45 anos. Disse que esta faixa é a predominante desde o início. Entre os bairros destacam-se Rasa, Manguinhos e Cem Braças. Destacou uma crescente de óbitos no mês de novembro. Apontou que foram 32 óbitos. Falou que existem 2 centros de atendimento a pessoas com COVID na cidade. Disse que desde 7 de janeiro foi feito um plano de vacinação municipal e em 19 de janeiro se iniciou. Falou sobre as fases que privilegiaram profissionais de saúde e idosos acima de 75 anos. 888 vacinas foram aplicadas. 641 para profissionais de saúde, 247 idosos acima de 75 anos. Foi feito um cronograma de forma decrescente de acordo com a idade dos idosos. Havia uma estimativa de concluir o plano de vacinação até março, mas isto depende do recebimento das vacinas. Falou que o município está recebendo uma quantidade insuficiente no momento. Atualmente estão sendo vacinados idosos ente 88 e 84 anos. Todos que estão sendo vacinados estão sendo inseridos no site da Prefeitura. A sra. Patrícia disse que o



município reúne 9 unidades básicas de saúde. Desde o início da gestão o atendimento era realizado à tarde voltado ao coronavírus. Falou que houve uma situação diferenciada com os Agentes comunitários de saúde voltados para a barreira sanitária. Eles retornaram em fevereiro e agora as atividades das UBS estão sendo retomados tendo em vista a redução dos casos de COVID. Falou que, apesar da redução de números de casos não pode deixar com que se relaxe nas medidas de segurança. Esta campanha de vacinação nunca foi vista por nenhum profissional, pois não há a quantidade total de imunobiológicos necessários. Falou que está tentando priorizar os grupos e ofertar o mais rápido possível as doses para a população. Ressaltou a importância da continuidade do distanciamento social e do uso de máscaras. O sr. Presidente passou a palavra à sra. Bianca, representante do Movimento Pelos Nossos Filhos. A sra. Bianca fez um histórico da criação do grupo. Disse que surgiu na pandemia tendo em vista o questionamento das famílias com relação às merendas. Disse que a cidade inteira sofreu com o desemprego por causa da COVID. A partir daí o grupo começou a lutar pela merenda e conseguiu ganhar o auxílio alimentação. A partir daí o grupo começou a lutar pela assistência pedagógica de ensino e aprendizagem. Falou que apenas no final da gestão anterior conseguiu um diálogo. Disse que o grupo cobrou a apostilas e materiais. Falou que tem percebido a falta de um plano mais concreto para as aulas, apesar de entender toda a complexidade. Disse que a comunicação entre os pais é muito deficiente ainda. Os pais ficam aflitos com as apostilas e que as mesmas contam com muitos erros. Não há contato com os professores e muitos pais não tem um estudo básico para atender a necessidade dos filhos. Falou sobre a lentidão das soluções. Os pais estão aflitos, os filhos não estudam, problemas sociais ocorrem e, ainda assim, de repente, aparece um decreto autorizando o reinício das aulas nas escolas particulares. Perguntou qual o plano concreto para o retorno das aulas – presencial ou não. A sra. Secretária destacou que a situação é conflituosa e concorda com a fala e se solidariza. Destacou que seus filhos sempre estudaram na rede pública e ela também. Disse que o mês de janeiro é considerado férias. Em fevereiro houve conversas com os diretores das escolas. Todos os cargos foram extintos, inclusive dos diretores. Chamaram novos diretores e convidaram colegas concursados. Neste processo se começou a dar pé da situação. Em janeiro foi dada férias coletivas para todos os funcionários da educação. Em fevereiro foi feito um cronograma para não haver aglomerações. Comentou que há um plano de retomada, não há a intenção de reiniciar as aulas presenciais antes de agosto. Mas uma programação está sendo discutida com os diretores de escola. Neste primeiro momento é necessário fechar o ano de 2020. Falou que está montando a possibilidade para os professores gravarem vídeo-aulas referentes aos blocos de atividades mandados para as casas. Destacou que há atividades do período presencial que serão consideradas como 145 horas/aula, os blocos de atividades computarão 655 horas/aula para fechar a carga horária. Neste período é necessário fazer a adequação de aprendizagem para os alunos. Serão feitos ciclos de progressão continuada. Não haverá aprovação nem reprovação. Será feito um diagnóstico para dar os recursos de aprendizagem que a criança precisa. Quanto ao ano letivo de 2021 foi estabelecida a data de 12 de abril como data provável de início, na forma remota, pois, não há nas escolas condições de receber os alunos. Será iniciado um período de formação e estudo com os profissionais. Foi feito um cronograma com os funcionários para receberem formação na secretaria de saúde. Comentou sobre a possibilidade de adoção de um sistema híbrido de aulas. As turmas serão divididas em 2 grupos no segundo semestre e será feito um rodízio para evitar aglomerações. Falou que está formulando um guia com a ajuda



da secretaria de saúde. Falou que é tudo muito novo e este novo normal deve ser encarado com delicadeza para não haver erro. O planejamento está em formulação. Pediu aos pais para além de participar, compreendam que a secretaria está trabalhando há 32 dias. Sua equipe é formada por 30 pessoas e estas pessoas estão trabalhando nas prioridades. Falou que a maior preocupação é o aluno. A primeira preocupação é amparar a alimentação. Agora estão preparando uma plataforma para que o aluno possa acessar. Disse que está buscando recursos tecnológicos, mas se não der certo, serão usados blocos de estudo. A ideia é criar locais de acessos para que os alunos que não têm condições de acessar internet possam acessar as aulas. Falou que são necessárias licitações e que isto leva um tempo. O sr. Presidente passou a palavra ao Representante da ServBúzios. O sr. Marcos cumprimentou a todos. Parabenizou a organização da audiência pública. Disse que desde o ano passado tenta uma audiência. Falou que é necessário exercitar mais estes encontros. A entidade destaca que ao longo da pandemia nunca todos os seguimentos e poderes se sentaram à mesma mesa. Falou que a entidade tem contado com o apoio da procuradoria do trabalho em Cabo Frio. Disse que se preocupa com algumas questões. Destacou o aspecto da saúde do trabalho. Homenageou os colegas que partiram na pandemia. Destacou que, na educação, foram perdidos 2 professores e 1 inspetor de alunos. Disse que, mesmo antes da pandemia, a entidade tem atuado nesta questão em parceria com os pais. Destacou a situação das unidades escolares. Falou que muitos contratos têm representações no Ministério Público Estadual. Fez um apelo para a Casa fiscalizar os contratos. Falou que é importante verificar se os contratos merecem ser liquidados para pagamento, uma vez que as escolas estão em situação ruim. Às vezes o edital apresenta um paraíso, mas na escola o contrato não é cumprido. Comentou sobre representação feita, em momento anterior à Pandemia que gerou uma ação civil pública que resultou em uma sentença favorável. O município deve apresentar, de 15 em 15 dias um relatório circunstanciado para apresentar o que está sendo feito para cumprir a sentença. Falou que dois relatórios estão faltando. Fez um apelo aos colegas da saúde. Disse que se preocupa com a estrutura da vigilância ambiental no que se refere à saúde do trabalhador. Fez um apelo para que se atente ao cumprimento de sentença proferida em ação civil pública. É necessário se atentar a questões anteriores à pandemia. Durante a pandemia as regras são mais rigorosas ainda. Pediu ajuda dos dois poderes na fiscalização do cumprimento da sentença. O sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Danilo. O sr. Danilo disse que há um problema em contratar um especialista em saúde do trabalhador. Há um responsável em cada vigilância, menos a saúde do trabalhador. Está focando nas medidas preventivas e após a finalização deste plano, a Vigilância sanitária irá em todas as escolas para fiscalizar. A vigilância está em cima destas questões e torce por uma retomada em segurança. Disse que no dia 25 haverá uma capacitação de todos os funcionários pela saúde. Os profissionais de saúde serão testados em massa com protocolo de rastreamento. O sr. Marcos comentou que a sentença é bem completa. Citou tópicos e medidas apontadas pelo Judiciário. Comentou sobre a criação da CIPA que não gera entrave financeiro para cumprir esta parte da sentença. O sr. Presidente passou a palavra à representante do Conselho Municipal de Educação. A representante disse que se iniciou uma reestruturação do conselho no fim do ano passado. Foram feitas duas reuniões para eleição dos membros da mesa e reestruturação do Regimento Interno. Falou que existem irregularidades que devem ser corrigidas. Falou que estão trabalhando ativamente para cumprir a função do Conselho. O conselho precisa desta reestruturação para atuar de forma completa.



Falou que a secretaria de educação está em um lugar provisório e o conselho de educação ainda não tem um lugar para fazer suas reuniões. Perguntou à secretária se está em andamento algum trabalho para fazer a sede do Conselho. A sra. Secretária disse que não há nem mesmo sede da Secretaria de Educação. Falou que o aluguel em Búzios é muito caro. Por enquanto sugeriu que os conselhos se reúnam em algumas escolas apontadas, até que seja possível prover um espaço. Falou que é um absurdo a secretaria de educação não ter um espaço próprio. Disse que não é favorável ao aluguel, mas que este espaço será disponibilizado. O sr. Presidente passou a palavra para a sra. Olívia, representante do conselho de alimentação escolar. A sra. Olívia agradeceu o presidente por proporcionar este debate. Comentou que no ano passado foi priorizada a confecção do cartão alimentação e não os kits. Se disse preocupada pois o cartão era uma ajuda emergencial e não uma continuidade da merenda escolar. Neste ano há novos alunos e a preocupação é maior. Perguntou à secretária como ficara a merenda escolar neste modelo remoto. Perguntou também em relação às fiscalizações. Falou que no ano passado o conselho realizou 3 fiscalizações e a vigilância não acompanhou. Pediu apoio da Vigilância Sanitária. Falou que no ano passado a situação foi muito difícil. Citou cozinhas sem ralo e com o ralo aberto e ambiente fechado. O sr. Presidente passou a palavra ao representante da SEPE Lagos. O sr. Augusto cumprimentou a todos. Agradeceu o espaço da Câmara. Disse que, além da pandemia – que é um problema mundial – a pandemia no Brasil é o pior lugar no planeta Terra. Falou que quando lida com dados de COVID não se pode lidar somente com os dados do município, mas a região como um todo. Muitos profissionais moram em outras cidades. Falou que o momento é de evitar o negacionismo. Às vezes são tomadas medidas negacionista. Falou que respeita quem defende a volta às aulas, mas que há estudos que mostram que não há estrutura, na região, para reabertura sequer nas escolas particulares. Destacou que não há estrutura nem mesmo nas escolas privadas. Falou que se deve tentar estabelecer uma relação sem ter muitas certezas. Não se pode criar medidas para ver o que vai dar. No ano passado os debates somente puderam ocorrer no fim do mandato. Este ano houve um retrocesso. Falou que não há necessidade do professor ir presencialmente na escola buscar um cartão de respostas. O diálogo pressupõe formar soluções conjuntas e não tomar uma decisão para ver o que vai dar. Falou que não há condições de abrir escolas presencialmente para as aulas. São necessários protocolos mínimos de segurança para conter surtos nas escolas. Não se pode convocar profissionais para escolas agora. Citou que Cabo Frio teve 4 escolas com surtos de COVID. Perguntou informações sobre o número de testes, casos e leitos. O sr. Danilo comentou que há um grupo de profissionais de vários municípios onde são debatidos vários assuntos da saúde. O município lida com o protocolo instituído que conta com 3 tecnologias para testagens. Atualmente foram feitos 32 mil testes. Todos os casos confirmados na cidade foram testados. Falou que Búzios tem capacidade para atuar em surtos. O protocolo que será estabelecido para educação tem referência com a Fiocruz. Falou que a vigilância sanitária perdeu muitos membros, pois, nunca teve uma equipe sólida e multidisciplinar. Falou que o protocolo novo está sendo debatido para se chegar em um consenso. A sr. Secretária de Educação disse que o protocolo está sendo feito em conjunto. A sra. Patrícia Paixão destacou que os testes têm critério de aplicabilidade, se não haverá um resultado incorreto. Destacou os três testes que são trabalhados na cidade. É necessário estabelecer critérios para estabelecer a intervenção correta. As UBSs estão voltando gradativamente com blocos de atendimentos – praticamente com hora marcada.



Estão sendo utilizados 50 a 60 por cento da capacidade. Estão sendo tomadas medidas para organizar e não deixar a população desassistida. Muitos problemas de saúde característicos da população ficaram a desejar no último ano. A sra. Martha reforçou que a democracia se faz com a concretização do diálogo. Disse que foi estabelecido um protocolo com um distanciamento de 3 dias para a volta de alguém na escola. Isso se dá para proteger os profissionais. O vírus acomete um percentual maior de mulheres. A educação é composta majoritariamente por mulheres. Muitas famílias de Búzios são compostas por mulheres que são chefes de família e se elas forem contaminadas suas famílias ficarão ao relento. Os riscos e impactos sobre as crianças são menores, mas estas mulheres irão morrer. Não sabemos quem vai morrer. Para os professores há a convicção que a educação remota não garante, mas o que está em jogo é a vida. A educação e aprendizagem será recuperada com o tempo. Hoje as mulheres que vão às escolas podem morrer. Não houve um investimento nas escolas para garantir uma certa tranquilidade. Nenhuma reforma foi feita. Comentou sobre a vinculação do trabalho remoto à estadia na escola. Quem não for à escola buscar o cartão de resposta, não pode trabalhar remotamente. Por outro lado, algumas escolas conseguiram viabilizar isso. Existem profissionais que moram em outros municípios e podem fazer o vírus circular na região. É necessário ter responsabilidade. O sr. Presidente passou a palavra ao vereador Raphael Braga. O vereador disse se preocupar com a celeridade e o preparo das unidades escolares, já que houve um cancelamento de contrato com a empresa de manutenção. Se o processo licitatório pode demorar, como organizar um retorno? A sra. Secretária disse que agendou para amanhã uma reunião com os engenheiros e secretário de obras para fazer um cronograma para se iniciar a manutenção pela secretaria de obras. O processo licitatório foi aberto e, enquanto não houver uma nova firma a secretaria de obras e de serviços públicos auxiliará nas reformas. A sra. Monica Casarin disse que acompanhou muito a luta do movimento Por Nossos Filhos. Perguntou a respeito de como foi feita a decisão da volta das aulas em escolas particulares. Disse que os pais não foram ouvidos. Falou que mesmo as escolas sendo particulares e com investimentos altos o resultado é que hoje seu filho mostrou como estava o pátio da escola com crianças sem seguir os protocolos. Falou que 70% das crianças não irão para as escolas. Disse que na Europa e Estados Unidos as escolas abrem e fecham o tempo todo. Comentou sobre uma matéria da Folha de São Paulo que apurou que a subnotificação no Brasil é 3x maior que a média do mundo. Destacou que não concordou com a decisão da volta às aulas presenciais nas escolas particulares. Perguntou se quem não tem internet terá acesso ao auxílio pedagógico. Perguntou sobre a LOA. Disse que não há dinheiro previsto na LOA para investimento em educação remota. O Prefeito tem as condições de remanejar 50% da LOA, portanto é possível alterar este quadro. Perguntou quais as possibilidades disso acontecer. A sra. Secretária disse que a questão da LOA tem grandes chances de acontecer. Com relação às escolas particulares, os pais podem escolher levar ou não os filhos nas escolas. A sra. Jana, que estava na assistência, falou sobre o temor dos pais com o ensino híbrido. Falou que a secretária estava pensando na aquisição de tablets para as crianças com acesso à internet. Indagou sobre o prazo. Perguntou como os pais vão poder se preparar para o início do ano letivo. Perguntou se os professores estarão preparados. Perguntou como será o apoio pedagógico e o contato entre professor-aluno. Para as crianças sem acesso à internet ter apenas 3 locais apenas para acesso à internet seria muito pouco e provavelmente gerará aglomeração. A sra. Secretária disse que estes polos também são para os profissionais gravarem suas vídeo-



aulas. Com relação às crianças está sendo debatida a utilização do próprio smartphone do pai para as aulas. Já foi aberto o processo para dar mais celeridade. Falou que toda administração pública está voltada para isso. A sra. Vitória, representante da APAE Búzios comentou que as apostilas e atendimento remoto se iniciariam em abril. Perguntou se a pessoa com deficiência terá um apoio a mais. Muitos pais não têm estudo ou são analfabetos ou não contam com estrutura. A sra. Secretária disse que a equipe do CAAP está providenciando o apoio a cada aluno individualmente. Serão convocados professores de apoio para ter contado com os alunos e pais para auxiliar. Com relação ao ponto para pessoas que não têm acesso à internet, perguntou se haveria uma distribuição de tempo para cada tipo de aluno e se haverá um cronograma para os alunos com deficiência. Destacou que é importante ter um olhar para as pessoas com deficiência e com as famílias que não têm condições de acesso à internet. O sr. Claudeir, coordenador do Conselho Tutelar de Armação dos Búzios perguntou como está sendo feito o contato com os alunos que não estão entregando as atividades e como está a evasão escolar. Perguntou também sobre as crianças que fizeram 4 anos e não estavam na creche. Falou que existem muitas demandas no conselho e não pôde ajuizar as questões. Até hoje não há resposta sobre estes alunos que deveriam estar matriculados e tendo direito ao acesso à alimentação. Com relação à volta das aulas presenciais nas escolas públicas disse que o decreto viola o direito à garantia à saúde das crianças que estão indo à escola. Jogar esta responsabilidade para os pais é muito complicado. A sra. Secretária disse que está tentando contato com o conselho tutelar e deve ser enviado um ofício para falar sobre os responsáveis dos alunos que não pegaram as apostilas. A sra. Viviane, professora e mãe de aluna, comentou que existem muitas incertezas. Não se sabe muita coisa e não há nada que garanta uma tomada de providências pautada em fatos. Deve-se partir do que se tem em mãos. Há uma plataforma que não deu certo no ano passado por falta de diálogo. Enquanto os profissionais de educação não forem ouvidos as coisas não acontecerão. Protocolos criados para comércios, bares e restaurantes não são apropriados para escolas, pois a realidade é diferente. O retorno futuro deve ser discutido. Pois quando puder voltar as aulas elas voltarão e então é preciso pensar. Disse que estão pensando em um retorno sem pensar nas diferenças entre as comunidades escolares. Apontou que o retorno deve ser pensado como um novo normal. Se tem uma ideia que basta apenas voltar, mas é errado. Deve-se pensar em como será feito. As aulas não poderão acontecer da mesma forma. É importante ouvir mais opiniões e dar voz às pessoas de casa. Destacou que o retorno das escolas particulares deve ser repensado. O Decreto 1537 foi baseado no decreto que trata da abertura do comércio. Perguntou quantos alunos por metro quadrado poderão ir às aulas. Perguntou se houve parecer técnico para abertura das escolas. Lamentou que a Prefeitura de Búzios cria decretos que ela mesmo não pode cumprir. Isto já mostra uma desigualdade muito grande. Pediu mais audiências com mais participação. O vereador Josué cumprimentou a todos. Parabenizou a comissão de educação pela audiência feita nesta tarde. Disse que este debate é muito importante para um possível retorno das aulas. São mais de 8 mil alunos inscritos nas escolas municipais. Além disso é necessário ter preocupação com os funcionários também. Destacou que é importante conseguir fazer intervenções em algumas unidades escolares. Os prédios devem estar em condições de receber os alunos. É necessário colocar em prática tudo que foi discutido nesta tarde. O sr. Presidente passou para as perguntas enviadas pela Internet. A sra. Cris Grundi perguntou como ficam as crianças especiais que precisam do professor de apoio em sala de aula. A sra. Secretária disse que será



dada posse aos concursados. Após isso, o processo seletivo será feito para chamara os profissionais de apoio. Pela Internet, a sra. Monica Almeida perguntou sobre a disponibilidade de tablets com internet para os alunos. A secretária disse que fez licitação e agilizará o processo para atender os alunos o mais rápido possível. A sra. Vanessa Gonçalves perguntou como será a fiscalização das escolas particulares tendo em vista o descumprimento de normas expressas no decreto. O sr. Daniel disse que a fiscalização funciona através de rumores, denúncias e visitas periódicas nos focos. Se há denúncia de irregularidade, a vigilância estará pronta. A secretária de Educação disse que a inspeção escolar também estará acompanhando. O sr. Augusto disse que há um problema sério nas escolas com relação à segurança sanitária. Disse que há uma resolução mudando o que foi acordado de dezembro para cá. Os profissionais não estão se sentindo seguros de ficar indo buscar os cartões de resposta. Os profissionais estão em greve por isso. A sra. Secretária disse que conversou com a responsável pela vigilância e todos os insumos estão nas unidades e falta apenas as marcações no chão. Todo o acompanhamento está sendo feito e a própria vigilância visitará todas as unidades escolares. O sr. Presidente agradeceu a presença de todos. Colocou a comissão à disposição. Solicitou a secretária que a comissão visite algumas escolas. Convidou as organizações para visitar junto para ver como está o andamento. O sr. Presidente abriu para mais uma pergunta da Internet. A sra. Vanessa Gonçalves perguntou quem fiscaliza o protocolo sanitário seguido nas escolas particulares. Foi identificada que esta pergunta já foi feita. O SEPE Lagos perguntou por qual motivo o protocolo sanitário para rede particular não foi debatido no Conselho Municipal de Educação. A representante do conselho disse que não havia ainda CME. Disse que o conselho recebeu a minuta mas não teve como encaminhar. Como disse anteriormente não daria para andar com o processo sem ter regimento. Disse que existem muitas outras questões dentro do conselho antes de ver a minuta do decreto. O representante do SEPE Lagos disse que o Conselho está irregular. A representante do conselho disse que um representante do SEPE no conselho questionou algumas questões que repercutiram em averiguações com profissionais competentes, da área e por escrito. Disse que a cidade estava há dois anos sem CME e quando conseguiram formar um conselho ainda há questões para averiguar. Após estas pendências o conselho poderá começar a funcionar. Foram feitas reuniões extraordinárias para resolver as questões. Questões legais tiveram que ser resolvidas e por isso as atividades foram paralisadas. Sra. Olívia disse que foi enviada a minuta para o Conselho e foi dito que o mesmo estava montando o regimento interno e pediu para debater a minuta e a resolução 2 após o regimento interno. Porém todos foram surpreendidos pelo Prefeito que publicou o decreto sem esperar o tempo do conselho para debater o assunto. Pediu para que o trabalho do plano de retomada envolva todos os seguimentos escolares. Pediu para a secretária disponibilizar os números dos processos referentes à secretaria. Falou que hoje não há uma plataforma, há um link no site da Prefeitura com documentos no Google drive que não estão ajudando os pais. Pediu que seja agendada uma nova reunião para dar continuidade a esta discussão. O representante do SEPE Lagos disse que é importante agendar uma reunião para debater a segurança dos profissionais de saúde. Não havendo mais nada a tratar o sr. Presidente encerrou a audiência pública.


GELMIRES DA COSTA GOMES FILHO
Presidente